

JOSÉ ANTÓNIO PINHEIRO E ROSA

Uma Figura dos Descobrimentos
e
Uma Obra do Renascimento

ACTIVIDADE LOCAL PARALELA

A XVII EXPOSIÇÃO

Edição da Câmara Municipal

Faro - 1983



Casa da Cultura António Bentes
S. Brás de Alportel

Biblioteca

Inv. N.º 2623

24.º 15

JOSÉ ANTÓNIO PINHEIRO E ROSA

*Ào Dr. Amalide,
com o muito apuro do
grão-tomilheiro*

Uma Figura dos Descobrimentos

INFANTE D. HENRIQUE

e

Uma Obra do Renascimento

CONVENTO DE NOSSA
SENHORA DA ASSUNÇÃO

ACTIVIDADE LOCAL PARALELA

A XVII EXPOSIÇÃO

Edição da Câmara Municipal

Faro - 1983

Ao ilustre Mestre
António Nogueira Gonçalves

Pela sua mão entrei nestas lides.
Antes de aceitar a direcção da
Biblioteca e dos Museus Municipais,
consultei-o e, sob sua palavra,
«lancei estas redes».
Receba-me esta singela homenagem de gratidão.

Uma Figura dos Descobrimentos

e

Uma Obra do Renascimento

Conferência pronunciada na noite de 10 de Agosto de 1983, no Auditório do Museu Arqueológico do Infante D. Henrique, integrada no «Verão Cultural da Cidade de Faro — 1983» como «Actividade Paralela» à XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura.

No meio da «apagada e vil tristeza» em que Portugal se debate nesta hora incerta da sua história, dão-se, de vez em quando, acontecimentos a mostrar-nos que ainda temos algum valor perante a comunidade internacional.

Julgo que um deles é a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura — intitulada «Os Descobrimentos Portugueses na Europa do Renascimento», que o Conselho da Europa resolveu realizar este ano em Portugal.

Achou-se, e muito bem, que tal acontecimento fosse sublinhado e secundado por «actividades paralelas», em diferentes pontos do país. Seria um crime que o Algarve fosse esquecido ou ficasse calado, o Algarve, alfobre dos Descobrimentos Henriquinos. É curioso que o Sr. Ministro que, um dia destes entregou ao nosso ilustre comprovinciano Dr. Alberto Iria o prémio que a Academia Portuguesa de História lhe concedeu, lamentou nesse acto que o Algarve não estivesse represen-

tado na XVII Exposição. Podia responder ao Sr. Ministro que ninguém nos pediu coisa alguma, a não ser, os «registos» de milagres marítimos espalhados pelas nossas igrejas. Do nosso Museu Antonino lá foi um. (')

Uma dessas actividades foi esta conferência, de pessoa local, e que a Câmara Municipal, pelo seu pelouro da Cultura, em boa hora e acertadamente planeou, para que tive a honra de ser escolhido. Se não fomos para Lisboa, com muito orgulho podemos dizer que estamos aqui.

Ao procurar o assunto, dentro do tema geral, vi logo que deveria falar sobre uma figura dos Descobrimentos e sobre uma obra do Renascimento. Apesar de os nossos conterrâneos do século XV terem tomado parte nos feitos marítimos dessa época, deles não se salientou nenhum, cujo nome a história tivesse registado. Gil Eanes é de Lagos e de Olhão... Mas o Infante D. Henrique é de todo o Algarve... Imediatamente a figura e a obra se me ofereceram. Pois não temos em Faro, há 89 anos, um Museu do «Infante D. Henrique» e instalado num edifício renascentista, «o mais representativo monumento» da capital algarvia?

Eis os dois pontos da conferência com que vos vou **massacrar**, se a vossa benevolência não vier em meu auxílio, **entreter**, se vos dignardes ter paciência e compreensão para a fraca e trémula voz de um velho, que por pouco tempo mais vos poderá aborrecer.

Quando se tem, não sei se a pouca sorte se a dita, de viver umas quantas décadas mais do que a média, assiste-se a movimentos umas vezes consoladores, outras desoladores, que aparecem na vida da nação.

Quase no fim da minha carreira de professor, surgiu no campo intelectual deste país, **em certas camadas do campo intelectual deste país**, um inacreditável movimento de descrédito sobre as figuras da nossa história. Infelizmente, a coisa até se oficializou e apareciam-nos compêndios em que se calava o que eu sempre ensinara ou se dizia o contrário. Isso colocava-me em posições pouco agradáveis, porque nunca pude, nem posso, afirmar ou ensinar aquilo de que não estou convencido. Entre essas figuras vinha a do Infante. E a campanha contra ele era já de anos atrás... Quando se comemoraram nesta sala as bodas de diamante do Museu Arqueológico, tive uma certa dificuldade em me deixarem colocar o retrato do Navegador, no lugar de honra... Estão guardados três medalhões com as efígies do fundador e de dois

(') Posteriormente, informou-me o Sr. Comissário Geral que do Algarve tinham ido mais: dois **primitivos** e 1 estante de missal, de Tavira.

conservadores do museu do Infante D. Henrique, artístico trabalho duma distinta escultora desta cidade, porque sempre achei que eram demasiada homenagem, enquanto se deixasse o Patrono reduzido a uma gravura emoldurada...

O Infante D. Henrique relegado para a penumbra da História...

Francamente, houve três ou quatro anos, em que senti vergonha de ser português! Mas, no meio das decepções, há sempre no fundo da nossa alma germes de reacção que nos reanimam.

Um deles era (e é) a euforia que se viveu neste Algarve em 1960, quando do IV Centenário da morte do Infante. Estou a ver-me, na Avenida de Lagos, esperando a passagem dos dois Presidentes, o do Brasil e o de Portugal, para Sagres. Estou a ver a saudação do Presidente do Brasil para a minha filha de tenra idade que agitava duas bandeirinhas à passagem do cortejo.

Estou a ver a exposição, organizada no colégio onde eu era professor, de trabalhos feitos pelos alunos — estudos, mapas, desenhos e pinturas. Conservo dois desses mapas: os Descobrimentos Henriquinos e o Algarve Henriquino.

Recordo com entusiasmo o **Coro falado**, em Sagres, pelos alunos do mesmo colégio: as estrofes dos Lusíadas que descrevem o Adamastor. E, do silêncio que se lhes seguiu, só quebrado pelo rebrantar das ondas lá em baixo, surgiu a voz forte de um aluno a recitar um poema, que começava assim: «Adamastor cruel...»

Logo a seguir um grupo de alunos da Escola Industrial e Comercial de Lagos, ao som da «Portuguesa», deitou à água uma pequena caravela por eles construída, e em condições de navegabilidade, com uma mensagem encerrada numa garrafa.

Curiosíssimo: tivemos notícias dessa caravela. Foi ter à costa de Marrocos, onde, lida a mensagem, puseram de novo a navegar a caravela com outra mensagem. Houve ainda notícias da costa ocidental da África. Aí é que se perdeu. Mas é interessante que percorreu parte do itinerário dos Portugueses nos seus Descobrimentos.

Tudo isso hoje é história e saudade. Mas a vida é assim! Portugal foi «mãe de nações», e as mães são tal qual: dão a vida aos filhos, acalentam-nos nos primeiros anos e depois... eles seguem a sua vida!

Mas o nome do Infante e a sua obra não podem apagar-se da memória dos portugueses e não se apagam mesmo da memória do Mundo. Senti uma profunda consolação quando li a declaração dum dos primeiros astronautas que foram à Lua, de que, sem os Descobrimentos dos Portugueses, as condições para aquela viagem não seriam ainda viáveis quando o foram. «Os Descobrimentos foram uma acção colectiva em que reis, capitães, mercadores, religiosos e nautas se irmanaram num mesmo ideal». Estas palavras não são minhas, mas do ilustre Professor e Historiador, o Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, uma das maiores autoridades em História, que me honra com a sua amizade e que não é daqueles que se anicham na sua torre de

marfim e olham cá para baixo displicentemente só a notar que não se fez isto e não se fez aquilo... Eles!... os super-homens! os super-historiadores!...

Os Descobrimentos abriram as portas ao desenvolvimento científico e avançaram o progresso da Humanidade pelo menos cem anos. E foi o Infante D. Henrique o Cérebro que impulsionou tudo isso. Em defesa da obra do Infante e da teoria espiritual dos Descobrimentos — escreveu ainda o mesmo Mestre — apareceram os trabalhos de mérito de Joaquim Bensaúde, Jaime Cortesão, Mário de Albuquerque e Damião Pires, que vieram, com o Congresso Histórico dos Descobrimentos (1960) a ganhar maior audiência junto dos estudiosos.»

«Jaime Cortesão considerou o Infante D. Henrique um «alto Comissário» da Nação.»

«A Europa ficou a dever à gesta lusíada a abertura de novos caminhos, o aproveitamento de novas terras e o contacto com novas raças.

«A Europa beneficiou assim do esforço ingente da pequena nação do Ocidente ibérico.

«Se outras nações seguiram depois a rota dos oceanos, deveram-no ao esforço prioritário de Portugal, que com os seus meios científicos, a sua experiência náutica e a indómita vontade do seu povo cumpria assim uma alta missão da História.

«Pôde o excelso poeta Fernando Pessoa, em momento de alta inspiração, criar o símbolo do «mar salgado», salgado pelo martírio de quantos, em lutas e naufrágios, nele encontraram jazida.»

Perdoem-me a longa citação, mas nem todos terão a possibilidade de ler a entrevista que o sábio Professor concedeu à revista Unibanco em Junho passado. (1)

É verdade que os críticos contemporâneos, aqueles que nunca descobriram qualquer coisa, dizem que os resultados obtidos em vida de D. Henrique foram insignificantes para quarenta anos de labor. Esquecem que «nos esforços dum pioneiro os primeiros passos são sempre os mais lentos e mais dificultosos. O Infante iniciou os seus trabalhos em condições que nunca mais se repetiram, não tendo cartas de navegação, nem navios apropriados, nem conhecimento dos ventos e correntes do Oceano, nem a ciência se aperfeiçoara ainda, a ponto de orientar o mareante longe da vista da terra».

Os começos foram, como diz uma escritora contemporânea, «meras apalpadelas nas trevas». Mas a glória de D. Henrique está precisamente em que, perseverando, abriu caminho à Nação e guiou-lhe os passos para uma rota que a levou aos confins do Mundo.

No tempo dele, não passou da Guiné. Mas ele pensara na In-

(1) Entrevista da revista Unibanco com o Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, n.º 11 do ano 3, Junho de 1983.

dia: e os portugueses foram à Índia. E não se contentaram com a Índia. Demandaram a Pérsia, a China, o Japão, Timor, a Austrália... Descobriram o Brasil — esse mundo de extensão e de valor, desdobramento multiplicativo de Portugal, que tanto nos tem honrado depois de atingir a sua maioridade.

E toda essa epopeia, mais proveitosa para o Mundo que para nós, partiu das ideias do Infante. Não direi da Escola de Sagres, porque essa **lenda** está hoje reduzida às devidas proporções: não houve tal **escola**, mas houve muito estudo, coisa que, infelizmente nos dias de hoje, não é elemento concomitante das escolas. Até parece que, quanto mais escolas há, menos se estuda...

Sagres henriquina (podemos chamar-lhe também «Algarve henriquino») não era só o promontório, onde o Infante ia fazendo as construções necessárias e a sua «vila». Podemos considerá-la toda a região litoral, com alguns quilómetros de alargamento para o interior, entre o Cabo de S. Vicente e a baía de Lagos, entrando a povoação da Raposeira e a «Quinta da Raposeira», perto da ermida de Guadalupe.

Como já escrevi uma vez, Sagres era a «janela aberta sobre o Mar e sobre o Sonho», era a fonte da inspiração, aquele maravilhoso, que todo o Génio precisa para alimentar o seu Ideal.

Mas os pilotos e os técnicos de D. Henrique (deviam ser normalmente cerca de cem pessoas) viviam em Lagos, aí tinham os armazéns e os estaleiros, nas águas da baía ancoravam navios de todos os tipos que cruzavam os mares.

Em Lagos, o Infante estava em contacto com toda a África. A Sagres ia, de vez em quando, fazer provisão de Sonho para se manter **em forma**, na sua tarefa ingente. E, para o necessário descanso periódico tinha o refúgio da «Raposeira», principalmente a «quinta», donde descia à ermida para a não esquecida vida espiritual. Até há poucos anos, do outro lado da estrada, existia a figueira sob a qual era tradição que muitas vezes descansava. Na povoação creio que ainda existe a casa que era sua, em cuja escada se via a argola de pedra, a que prendia o cavalo.

Este o mundo do Infante durante vinte, trinta, quarenta anos, sobretudo nos últimos dez de sua vida, em que raramente ia à corte ou ao seu ducado. Infante, que, nascido numa época de transição, não podia deixar de ser personalidade de muitas facetas: cruzado e guerreiro medieval, apaixonado pelos feitos de cavalaria, mas investigador paciente dos factos e realista prático, afastado de todas as ideias fantasistas. Se era visionário que adivinhava mundos invisíveis, não era sonhador fantástico. Nunca esperou, como Colombo, encontrar rios que vinham do Paraíso. Não contou com monstros, nem milagres, nem Eldorados. Os seus horizontes, embora vastos, foram sempre limitados por factos positivos. Lentamente, pacientemente, tenazmente, procurou as regiões desconhecidas da terra firme e, quando as encontrou, lavrou-as e semeou-as, e aproveitou-as bem.

Mas essas novas terras não deviam considerar-se apenas como

herdades rendosas. Embora muito se pudesse tirar delas, muito se tinha também de lhes dar. Havia que dar-lhes civilização e espiritualização. O Infante tinha espírito missionário. Onde explorou, também evangelizou, civilizou e educou.

Eu bem sei que os pretensos monopolistas da ciência, já gafados de todos os ismos que nasceram do século XVI até agora, me olham com sorriso sardónico e, arregaçando o lábio desdenhoso, arrojam de lá: «O mercado de escravos!... Em Lagos!... Ainda lá está!...»

Em que século se estava, ó raposas regougantes?

Parece-me que no XV e o século XV não se chocava com a ideia. Havia milénios que a escravatura florescia na África. Os negros reduziam-se uns aos outros à escravidão. Árabes e berberes caçavam os escravos vendendo-os depois nos portos do Mediterrâneo. Até então os europeus tinham sido impedidos pelas circunstâncias de tomar parte no negócio. Mas, desde aí, toda a Europa o fez. A nossa cidade de Faro estava recheada de escravos. Tinham-nos os senhores cônegos. No Paço Episcopal, no século XVIII, ainda havia o «escravo Francisco». As freiras deste convento tiveram os seus escravos.

Esse tráfico era considerado até «obra piedosa». O africano via-se arrancado às trevas da sua terra não para ser servo do mouro, mas do cristão que o baptizaria e lhe salvaria a alma. A nossa hipersensibilidade de hoje representa-nos a cena como um horror. Zurara achou-a «maravilhosa cousa de ver»!

E afinal, que fizemos desses escravos? Elevámo-los ao nosso nível. Em duas capelas seiscentistas da nossa cidade, uma na Sé e outra nos Capuchos, anjos **negros** ornamentam com os seus **colegas** brancos as pilastras da talha ou sustentam lâmpadas, estes últimos símbolos duma confraria em que tais pessoas se agrupavam. E frequentemente recebiam a alforria. E, mesmo quando a não recebiam, casavam com brancos ou entre si, ajoelhavam-se à mesa da comunhão ao lado dos brancos. Isto deu uma fraternidade tão grande entre as nossas duas raças que os moços do meu tempo nunca acharam esquisita a convivência com os pretos que ainda aqui viviam, quando éramos crianças...

Lá colonizar soubémos. A descolonização é que só foi **exemplar** para quem ajudou a provocá-la. Quanto a explorar é que fomos uns anjinhos. Só basta fazer uma comparação: quando os vice-reis da Índia Inglesa vinham de lá sempre ricos, os nossos quase todos morreram pobres como Afonso de Albuquerque... Parece que só quando se começou a preparar o desmoronamento do que tínhamos criado é que, ao lado da imolação da nossa juventude, se verificou também uma grande e vasta **nutrição**...

Mas dela não se fala e dela não teve culpa o Infante!...

Às vezes até me parece que não se deviam evocar as nossas glórias para não ter de encarar o reverso da medalha. Mas lembremo-nos de que o estrume tapa-se com a terra e as árvores ficam no ar...

E o Infante D. Henrique com a sua obra e a que originou é uma

árvore tão frondosa e tão enraizada, que estende os ramos sobre as gerações que o seguiram e, se por cima dela, se erguem feitos mais admiráveis que os seus, eles sugam da seiva dos Descobrimentos, que levarão até aos fins do Mundo e pelos séculos fora o nome português.

Evocada a genial figura do Infante, que não faz parte simplesmente dos Descobrimentos mas que é o impulso vital que os desencadeou, passarei a falar-vos do monumento em que nos encontramos — o que resta da belíssima obra do Renascimento, que foi o Convento de Nossa Senhora da Assunção.

Conquistado o Algarve só no século XIII, não teve tempo para erguer monumentos românicos. Os edifícios que dessa época ainda possuímos — só restos e vestígios — mesmo a vestuta ermida de Guadalupe, tão ligada com o Infante, são elvados já do gótico que à província vinha chegando. Em Faro tinha surgido Santa Maria, a substituir a mesquita, de que nada herdou senão o local. Como se pode ver na parte antiga da actual Sé, é um gótico de transição: estrutura românica ainda, com ligeiros voos do estilo novo.

As terras transtaganas e a «cortina» montanhosa foram sempre elementos retardadores dos movimentos que vinham de fora...

Além da igreja de Santa Maria, que edifícios de categoria existiam em Faro em 1519, quando as duas irmãs bejenses, Leonor da Trindade e Maria das Chagas, obtiveram da Rainha D. Leonor, terceira mulher de D. Manuel, filha de Filipe I e irmã de Carlos V, uma cerca, no sítio do Castelo, para fundarem um mosteiro da I Regra de Santa Clara?

Existia, com certeza, a igreja do Espírito Santo, no lugar onde hoje está a Misericórdia e que tinha anexo o primitivo hospital de João Dias. Como podemos ver pelos restos do pórtico, conservados neste Museu, era **manuelina**. Havia a ermida de S. Pedro, dos marítimos, ainda simples capela curada e devia ser da maior simplicidade. O pórtico que lá está não lhe devia pertencer. Já no campo, havia a parte gótica da ermida de S. Sebastião, porventura já desse orago.

O lugar para o convento devia ser um anexo do castelo, mas nele havia uma **torre**. Até está ainda uma porta ogival no rés-do-chão. E, no piso nobre, outra porta ogival dá entrada para uma escada de caracol, que vai ter ao mirante «grelhado», esse sem qualquer reminiscência gótica e vendo-se perfeitamente que é da 2.^a fase da construção do convento, portanto obra renascentista. De que serviria essa escada? Onde conduziria? Qual o destino do seu terraço? Nada nos autoriza a dar resposta a tais Interrogações, que continuam a ser objecto das hipóteses que lhes queiram atribuir.

No Alto de Santo António, havia os restos da «atalaia», gótico secundário, porventura já ligado a alguma ermidinha pobre, antecessora da actual.

O convento de Santo António, hoje quartel do RIF, estava-se

construindo e a sua igreja, que não era a hoje igreja dos Terceiros de S. Francisco, seria talvez em manuelino, mas não devia estar muito adiantada.

É de crer que o primeiro plano deste convento fosse igualmente em estilo manuelino. Leva-me a pensá-lo a época (últimos anos do reinado de D. Manuel), a pessoa que o mandou fazer (a esposa do Rei) e certos pormenores da construção. Aquela janela do corpo da igreja é manuelina. Do renascimento é a capela mor. O pequeno arco do confessionário, lá ao fundo, é uma renascença eivada ainda de manuelino, assim como o óculo, fixado hoje no coro alto pelo restauro dos Monumentos Nacionais, mas que eu duvido muito se teria sido do lugar onde o puseram.

Porque afinal a fase manuelina deve ter sido muito curta. Escassos quatro anos. Em 1521 morre D. Manuel. Seguem-se dois anos de hesitações sobre o casamento de D. Leonor com o enteado, que, no dizer de Fr. Luís de Sousa, «não acabava com sua honestidade aver de travar amores, inda que santos e castos, com a mulher que o fora de seu pai». Neste tempo havia tais delicadezas, embora, em contrapartida, houvesse, na mesma família, quem roubasse ao filho a noiva que lhe era destinada... Sempre admirei, como escrevi noutro lugar, (!) neste D. João III o recusar comer em segunda mão a iguaria que lhe furtaram em primeira! E foi esta uma das «partidinhas» que me enjoaram do Rei Venturoso...

Em 1523 D. Leonor retira-se definitivamente para Castela, quando o rei já tinha pedido em casamento a outra irmã de Carlos V, D. Catarina, com quem veio a casar por procuração em 1524 e por palavras de presente em 1525.

A obra do convento parara por completo. Que obra? o que se fizera dela?

Apesar da solenidade com que se procedera ao lançamento da primeira pedra, aparecendo o alcaide e capitão-mor Rui Barreto a abrir com suas próprias mãos os alicerces, pouco se poderia ter feito em quatro anos. Começou-se pela igreja que ficou «imperfeita» e por um dormitório que ficou «mal acabado».

E quem a fez? Segundo a crónica, a Rainha mandou «os melhores architectos e officiais mais peritos, para que tudo se fizesse à medida da sua grandeza».

Quem seriam estes architectos e officiais?

Estes primeiros architectos devem ser procurados ainda entre os mestres do manuelino empregados no serviço de D. Manuel, que seria desses que D. Leonor teria lançado mão.

Ora para o rei trabalhavam, em diversos pontos do país, nos princípios do século XVI, João de Castilho, João, Miguel, António, Francisco e Diogo de Arruda, Boitaca, Pero e Filipe Anriques, **Marcos Pires e André Pires**. Teriam alguns destes relação com o nosso monumento?

(!) Pinheiro e Rosa (José António) — «O mais representativo» da cidade de Faro — Faro 1978, donde são também mais informações deste trabalho.

O Dr. Reinaldo dos Santos (1) informa-nos que Diogo e Francisco de Arruda foram os principais mestres das obras do Alentejo. Por extensão e proximidade teriam sido destacados para as obras do Algarve?

Move-me mais uma outra consideração — a de **família**, que vemos, muitas vezes agrupar-se e suceder-se nestas obras. E, como sabemos hoje, sem a incerteza da G. E. P. B. mas com a certeza de Sousa Viterbo, que me foi comunicada a mim pelo Sr. Doutor Flávio Gonçalves, do Porto, e que eu agora confirmei na leitura do Dicionário de Sousa Viterbo, que foi **Afonso Pires** que trabalhou neste convento para a Rainha D. Catarina, não é desatilado supor que um ou os dois seus familiares, Marcos Pires e André Pires, o tivessem precedido na primeira traça. Estou na pista de 27 Pires artistas e vou procurar encontrar-lhes **chávenas** de identificação.

De resto julgo que a traça não teve que mudar e só o que mudou foi a ornamentação. Os planos dos conventos de freiras são quase sempre iguais: uma igreja de entrada lateral, visto que, ao fundo, ficam os coros baixo e alto, e, encostado à igreja, um claustro, rodeado das quadras necessárias à vida comunitária.

O reatamento das obras deve ter sido aí por 1527. Acabou-se a igreja com sua cúpula relevada e afrescada ainda desse tempo e foi-se construindo o claustro, rodeado, em baixo, pela sala do capítulo, pelo refeitório e cozinha, locutório com a grade de pedra, de que resta um pedaço, e algumas peças secundárias. A crónica de Fr. Jerónimo de Belém descreve: «com excelente architectura, bem ideado e com boas oficinas para o serviço da Comunidade». As dependências do andar superior começaram pela ala poente (talvez celas e salas de trabalho consecutivas ao coro alto); com certeza o mirante «grelhado», que, ao mesmo tempo que distracção das freiras, iria servir de torre sineira; e, posteriormente, o dormitório da ala sul (1545) e as outras dependências das alas nascente e norte que hoje não identificamos com o que teriam sido, desfiguradas como foram por muitos acidentes sofridos pelo edifício. Fr. Jerónimo dá-nos pormenores curiosíssimos. Quando as obras pararam, já muitas raparigas de Faro se tinham vindo acolher no convento e tiveram de regressar a suas casas.

Quando recomeçaram, as fundadoras com o desejo de verem o convento na última perfeição, «com suas próprias mãos trabalhavam nas obras». E diz que «o coro é espaçoso e de primorosas pinturas e diversas imagens.

Na mesma forma se vê o dormitório comum com aposentos e casas rústicas para o serviço das Religiosas, o refeitório bem formado; e assim o mesmo claustro e capítulo, que mostrando em outro tempo um edifício real chegaram a descair da sua maior grandeza».

O portal foi colocado em 1539, data que lá está numa cartela. Em face disso, como se pode aceitar a declaração da G. E. P. B. quando diz

(1) Oito séculos de Arte Portuguesa.

que «o convento foi mandado construir em 1543 pela Rainha D. Catarina»? Se em 1539 já se lhe punha o portal e em 1541 já vinham povoá-lo oito religiosas do Mosteiro da Madre de Deus, de Lisboa?

A obra prolongou-se ainda pelo menos até 1561 em que, com Afonso Pires, trabalhava seu irmão Diogo, a quem a Rainha dava licença para apascentar seus bois no terreno do concelho.

Se quiserem examinar o portal, verão as suas características renascentistas. Está enquadrado entre duas pilastras jónicas, em cujas bases se podem ver duas figuras relevadas: uma, à esquerda, de mulher (vestida, portanto nem Venus nem Eva) e, à direita, outra de homem. Também vestido parece que com um *paludamentum* preso no ombro direito por um botão redondo. Julgo ver-lhe na cabeça uma coroa de louros. Há quem diga que é Camões. Não me parece que, em 1519, o nosso Príncipe dos Poetas tivesse uma aura que o levasse a ser posto em monumentos pelos escultores. Mas, à vontade se vê também não ser a figura de Adão, que por vezes aparece.

Nos fustes das pilastras, ornatos delicados em baixo-relevo entremeciam-se com torsos nus, asas e cabeças de aves, corpos inteiros, corpos inteiros sem cabeça, uma carranca, de lado, uma aljava, uma cabeça de carneiro. A cartela com a data está sobre uma combinação de facho com machada. Há duas águilas acopladas e uma carranca cornuda.

Os cochins dos capitéis apresentam animais alados, de asas abertas. Entre as volutas, cabeças de anjos.

Nas bases das ombreiras, da mesma peça que as das pilastras, anjos sentados em carrinhos de quatro rodas. As ombreiras são de molduras duplas. Sobre a padieira encimada por cornija, há duas ânforas ornamentais aos cantos. Ao meio, o camaroeiro, tendo por cima uma coroa real.

Que não haja confusão! O camaroeiro constitui as armas de D. Leonor, mas não a fundadora deste convento e sim da mulher de D. João II, a primeira rainha que foi senhora de Faro. Opinou o Sr. Dr. Mário Lyster Franco que estas armas ou se referem ao Mosteiro da Madre de Deus, donde vieram as primeiras freiras para este (esse sim fundado pela primeira D. Leonor) ou à «gratidão régia pelas rendas que as rainhas recebiam do povo do Algarve, homenagem indirecta à nossa província e ao esforço nobilíssimo dos pescadores algarvios».

No interior da igreja não temos muito que admirar. Além dos relevos e frescos do interior da cúpula, a pequena porta ao fundo, cuja verga, pela forma conupial manuelina, pela ornamentação de carranca e frutos é genuína renascença. Como o é a porta do púlpito, que não era este mas outro, para onde se subia por escada exterior. Transcrevo da crónica, escrita em 1758: «A Igreja não é grande mas bem proporcionada, coberta de abóbada com suas pinturas e dourados que a guarnecem a fazem agradável à vista... Além do Altar Mayor tem 2 colaterais com suas Imagens devotas e pinturas excelentes».

Como em todos os mosteiros de freiras, este tinha uma pequena porta do lado da grande para serventia habitual. E a pilastra que se vê

ao lado do portal nobre dizia respeito a um alpendre que houve em frente dele.

O óculo, hoje aplicado no coro alto, também é manuelino pela intenção mas renascimento pela execução (e que delicado desenho!).

A parte mais bela de todo o edifício é sem contestação o claustro, em que Afonso Pires pôs o requinte da sua Arte. É do tipo chamado **coimbrão** de 1540, que também pode ser chamado **castilhiano** (dos irmãos Castilho). Transposição do esquema medieval para as formas da Renascença (¹). Modelos o do Carmo e o de São Tomás de Coimbra e principalmente o do convento de Penha Longa, em Sintra. Também é parecidíssimo com o do Convento da Saudação, de Montemor-o-Novo (séc. XVII) que tem como este arcadas de volta redonda no rés-do-chão e direitos sobre as colunas, no piso superior. Mas esse não tem as carrancas, as gárgulas e outros labores, que ornaram o nosso.

Não estamos em face duma quadra preciosa e requintada como os claustros da Batalha ou dos Jerónimos, mas observemos como especialidade do nosso a regularidade das proporções. Tem ele dois andares: o superior de arquitectura horizontal e capitéis jónicos, (galerias de colunas) o inferior de arcaria de volta inteira e colunas dóricas. Cada face é formada de quatro tramos separados por grossos bataréus, (pilares-contrafortes) mais largos no rés-do-chão, mais estreitos no primeiro andar, divididos por uma imposta corrida. Sobre esta vêem-se carrancas. Em dois dos tramos do rés-do-chão restam as pedras de sineiras, uma do lado da capela, outra do lado do refeitório. Por aqui se regulava a vida do convento.

A cobertura deste piso é em abóbada artezoadada, em que se empregou pedra da Atalaia, muito susceptível de degradação, pelo que são já poucas as nervuras em que se conserva, tendo os restauros, nomeadamente o dos Monumentos Nacionais, empregado pedra doutro tipo. As nervuras partem de mísulas de interessante lavor, todas diferentes. Algumas das portas são de estilo: a da entrada, a do coro baixo (esta é de pedra da Atalaia) e a do refeitório (hoje sala do Mosaico Oceano). O arco da sala do capítulo vê-se que teve um antecessor, mais largo, cujos vestígios se deixaram. Na ala nascente, um arco, hoje cego, um nicho e um janelo mostram bem as consequências do terremoto. Nesta mesma ala está a porta da escada para o segundo piso, com a data de 1726.

O segundo piso ou claustro superior, a cujo exterior já me referi, é de cobertura a forro de madeira de três esteiras. Em cada ângulo tem um arco de cantaria terminado em volutas e assente em mísulas. Entra-se nele por uma porta em cuja verga há ornatos duma extrema delicadeza.

Logo à direita, uma porta ainda mais pequena, que foi pintada, dá acesso a um edículo, peça que as freiras muito gostavam de ter nos seus claustros para conservar as imagens das suas devoções. Este tem

(¹) Nogueira Gonçalves, Os Colégios Universitários de Coimbra e o desenvolvimento da arte — Coimbra - 1982.

uma cúpula e as suas paredes eram cobertas de frescos, já tapados de cal. Reservava o tratamento daquele pequeno recinto para os cuidados de algum especialista dos Monumentos Nacionais, quando um dia um prosaico (e dedicado!) caiador, nas costas de qualquer responsável, raspou e caiu tudo aquilo...

Que havia eu de fazer? Já que escapei de uma síncope cardíaca, também não matei o homem!...

Nessa ala nascente, donde se pode ver bem o mirante «grelhado», encontramos ao fundo outra graciosa portinha lavrada que escapou ao terremoto, que maltratou profundamente este lado do convento. Já na ala norte, aparatosa porta, embora pouco ornada, das salas dos azulejos. E mais nenhuma até ao fundo, pois vamos ao longo da parede da igreja.

A ala poente, também vítima do terremoto, mostra-nos numa porta efeitos desse cataclismo e recursos ocasionais da santa pobreza. Desta ala pode-se admirar a série de telhados em pirâmide, reminiscência das nossas andanças pelo Oriente.

Na ala sul vamos encontrar a imponente porta do antigo dormitório, hoje Biblioteca, e, mesmo com a sua degradação, no seu dintel vemos a data de 1545, que se julga ser aquela em que se deu por terminado o grosso da obra, ficando ainda por cerca de 20 anos a trabalhar-se nos acabamentos. Desta ala aprecia-se a parte externa da cúpula com seus florões de alvenaria.

No meio do claustro havia um poço, substituído por aquela «mesquinha celha» que ali vemos. Julgava eu que aquilo tinha sido uma «felha» dos Monumentos Nacionais e muitas vezes os verberei, ali junto aos arcos, a um arquitecto amigo, que já cá não está. Só depois de ele se ter ido embora é que soube que o maroto, que nunca se deu por achado, era o autor daquele aborto!

A escritora Manuela de Azevedo veio um dia expressamente à minha procura para me pedir que tirasse «aquilo» dali. Posso dizer-lhe a ela e a V. Ex.^{as} que, há mais de um ano, a Câmara me promete mandar fazer para ali um repuxo de duas taças. Aguardemos!

Acabo de chamar a vossa atenção para os pormenores deste monumento, o primeiro mas não o último que a Renascença criou em Faro. Quando os marítimos quiseram enobrecer a entrada da sua igreja de S. Pedro, dotaram-na de um portal renascença. Quando D. Afonso Castelo Branco reconstruiu a Misericórdia, pôs-lhe uma frontaria renascença e construiu-lhe um retábulo do mesmo estilo da 1.^a época ainda com quadros inclusos.

Quando a Colegiada de Santa Maria deixou a sua sede para se instalar em S. Pedro(pela vinda da Sé para Faro (1577), a Igreja de S. Pedro foi acrescentada (cabeceiras e transepto) em estilo renascença.

Depois do incêndio dos ingleses em 1596, a Sé foi reerguida em moldes renascentistas, que D. Francisco Barreto acentuou na capela mor (1640), dando-lhe um retábulo de grande pureza estilística.

Depois vieram o barroco e o rococó, a que os senhores bispos e cônegos se abraçaram no seu mecenatismo. Até naturalmente não encon-

trariam artistas que lhes fizessem «renascimento», como hoje será difícil que os actuais arquitectos e escultores se queiram afastar do actual...

Este convento foi um mártir e um herói. Vítima do incêndio dos ingleses em 1596, dos terremotos de 1722 e 1755 e de três incêndios, depois de já ser fábrica de cortiça (o que não foi menor martírio durante 80 anos, em que Faro **sorriu** a tal situação...), encontrou um novo destino — o de casa de cultura. Notai que digo **de** cultura e não **da** cultura, evitando o monopolismo que às vezes certas instituições se arrogam...

Ambicionado para isso nos primeiros anos do século por José de Figueiredo, foi Gordinho Moreira que o comprou para a Câmara na sexta década, e, em 1973, aqui se instalou o velho Museu Arqueológico, que espera que a Câmara lhe dê sangue novo com a nomeação dum Conservador, que me permita descansar nos poucos anos que já estarei neste mundo e que permita a este Museu exercer as funções a que lhe dá direito a sua idade (89 anos), a sua categoria e a sua fama mundial.

Junho de 1983.

PINHEIRO E ROSA

Para Jornal «O ALGARVE»

Composto e Impresso
na Gráfica Almondina
2351 TORRES NOVAS Codex
Telefone 2 13 99

Depósito Legal n.º 2 906/83